

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 27 de junho de 2024 às 07h54
Seleção de Notícias

G1 - Globo | BR

Direitos Autorais

| | |
|--|----------|
| Grupo Globo atualiza princípios editoriais para incluir orientações sobre inteligência artificial . . | 3 |
| <small>ECONOMIA E NEGÓCIOS AUTOR G1</small> | |

26 de junho de 2024 | Inovação

| | |
|--|----------|
| Câmara aprova em Brasília projeto que torna Campinas a 'Capital Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação' | 6 |
| <small>ÚLTIMAS NOTÍCIAS</small> | |

Consultor Jurídico | BR

26 de junho de 2024 | Direitos Autorais

| | |
|---|----------|
| Por que o 'caso Scarlett Johansson' pede urgência na regulação de IA | 7 |
|---|----------|

Monitor Mercantil Digital online | RJ

26 de junho de 2024 | Direitos Autorais

| | |
|--|-----------|
| Violações de direitos intelectuais e a necessária proteção legal para criadores | 11 |
|--|-----------|

Agência Câmara | BR

26 de junho de 2024 | Arbitragem e Mediação

| | |
|--|-----------|
| Câmara aprova acordo para abertura no Brasil de sede da Corte Permanente de Arbitragem - Notícias | 14 |
| <small>NOTÍCIAS FAVOR</small> | |

MSN Notícias | BR

26 de junho de 2024 | Propriedade Intelectual

| | |
|--|-----------|
| Gravadoras processam empresas de IA por violação de direitos autorais | 16 |
|--|-----------|

Grupo Globo atualiza princípios editoriais para incluir orientações sobre inteligência artificial

ECONOMIA E NEGÓCIOS

Política encoraja testes e uso da tecnologia como um meio para aprimorar a qualidade do jornalismo, mantendo o compromisso com isenção, correção e agilidade, e estabelece compromissos de supervisão humana, transparência e respeito a **direitos** autorais. O Grupo Globo atualizou nesta quinta-feira (27) os princípios editoriais para incluir orientações sobre o uso de inteligência artificial na produção jornalística em todas as suas redações.

O objetivo é encorajar testes e uso dessa tecnologia - que amplia de forma disruptiva a capacidade de processamento e geração de informações - como um meio para aprimorar a qualidade do jornalismo, mantendo o compromisso com a isenção, a correção e a agilidade.

As orientações estabelecem que o uso de inteligência artificial nas redações do Grupo Globo deve

ter supervisão humana;

ser transparente com o público;

e respeitar os **direitos** autorais - próprios e de terceiros.

Elas definem, ainda, parâmetros para lidar com a tecnologia nas diversas etapas do processo de produção jornalística - da apuração das informações à entrega delas para o público.

A elaboração de orientações sobre o uso de inteligência artificial no jornalismo feita pelo Grupo Globo acompanha um movimento global. Veículos como os jornais "The New York Times" e "The Guardian", as redes de televisão PBS (EUA) e CBC (Canadá) e as agências de notícias Associated Press, France Presse e Reuters, por exemplo, divulgaram documentos sobre o tema nos últimos meses.

Leia, abaixo, a íntegra da política de IA do Grupo Globo, que será incluída como a Seção III dos princípios editoriais.

SEÇÃO III

O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO JORNALISMO

A busca por inovação e a adoção das mais avançadas ferramentas da tecnologia para o jornalismo são uma prioridade no Grupo (ver seção I, parte 3-a). É com esse mesmo espírito que abordamos o uso de Inteligência Artificial no exercício do jornalismo. O desenvolvimento das diversas vertentes de IA amplia a capacidade de processamento e de geração de informação (como textos, vídeos, áudios, infográficos, sites e outros formatos de conteúdo) e tem grande potencial disruptivo, mas não altera os valores que norteiam o exercício do jornalismo profissional. O Grupo Globo adota a inteligência artificial como meio para aprimorar a qualidade do jornalismo, mantendo o compromisso com a isenção, correção e agilidade manifestado neste documento. Os jornalistas são encorajados a testar e adotar ferramentas de IA que auxiliem nos processos de apuração, produção e distribuição, respeitando as orientações aqui expostas:

1) Transparência e supervisão humana

a) Os jornalistas do Grupo Globo sempre adotarão ferramentas de inteligência artificial como um meio para produzir informação de qualidade: isenta, correta e prestada com rapidez.

b) O uso de inteligência artificial deve sempre ser supervisionado por um humano, e nenhum conteúdo produzido com a tecnologia deve ser veiculado sem essa supervisão. Isso não significa que cada conteúdo

Continuação: Grupo Globo atualiza princípios editoriais para incluir orientações sobre inteligência artificial

gerado de forma automatizada passará por uma revisão humana antes de ser veiculado. Essa obrigação tornaria inócua boa parte da eficiência e abrangência permitidas pelo uso da ferramenta. A correção e a qualidade desses conteúdos serão garantidas por supervisão de processos, leituras por amostragem e outras formas de checagem. Isso não diminui em nada a responsabilidade do jornalista: todos os envolvidos na produção desses conteúdos - assim como acontece com toda reportagem - são responsáveis pelo resultado. A supervisão humana, então, deve ser entendida como o monitoramento do uso da inteligência artificial para garantir a correção e a isenção daquilo que é veiculado. E essa supervisão pode variar conforme as necessidades de cada veículo e conteúdo.

c) O Grupo Globo se compromete a informar ao público sobre o uso de inteligência artificial em seus conteúdos jornalísticos. A divulgação desta política é parte deste processo. Aqui se informa que os jornalistas do Grupo Globo vão considerar o uso da inteligência artificial nas diversas etapas do processo jornalístico, seja por meio de ferramentas próprias ou de terceiros. Isso indica que, da mais sucinta nota à mais extensa reportagem, a tecnologia poderá ser empregada, em maior ou menor escala, sempre que contribua para que a informação jornalística seja isenta, correta e prestada com rapidez. Em alguns casos, entretanto, será necessário destacar como a inteligência artificial foi empregada em um determinado conteúdo jornalístico. Isso será feito sempre que contribuir para que o público compreenda as circunstâncias em que a reportagem foi produzida.

2) Apuração, produção e distribuição de jornalismo com auxílio de IA

a) Os jornalistas do Grupo Globo devem considerar o uso de inteligência artificial para otimizar o processo de apuração das notícias - por exemplo, na realização de busca e levantamento de informações, no processamento de grandes volumes de dados e no acesso

a bases de dados confiáveis (ver seção I, parte 2-f). A responsabilidade final pelo conteúdo veiculado, entretanto, será sempre dos profissionais envolvidos, e os jornalistas vão adotar estratégias para que eventuais erros e enviesamentos produzidos pela inteligência artificial - e, de resto, por qualquer tecnologia usada - não resultem em erros ou enviesamentos na cobertura jornalística. Além disso, os jornalistas têm a responsabilidade de analisar quais tipos de informação são inseridas em ferramentas de IA, para não haver vazamento de informações sigilosas ou de dados protegidos pela legislação vigente, nem o uso de informações que firam a propriedade intelectual.

b) Os jornalistas do Grupo Globo irão considerar o uso de inteligência artificial para otimizar a produção de reportagens nos seus mais diversos formatos, como vídeos, textos, áudios, imagens, infográficos, sites. A publicação de conteúdos gerados total ou parcialmente por inteligência artificial, entretanto, só pode ser feita sob supervisão humana, como já foi dito aqui. A inteligência artificial não deve ser usada, contudo, para redigir textos opinativos ou editoriais. A opinião e a análise devem ser reservadas para os jornalistas, que podem fornecer o contexto e a perspectiva necessários. Revisões gramaticais, correções factuais e enriquecimento para fins de estilo são permitidos.

c) O uso da inteligência artificial para geração de áudios sintéticos baseados em vozes humanas é permitido, desde que com expressa autorização do dono da voz ou de seus representantes legais. Este uso deve ser informado ao público. As imagens geradas por inteligência artificial não podem ser produzidas de forma que sejam confundidas com a realidade. Se a imagem tiver características de uma imagem real, o público deve ser informado claramente de que aquela é uma reconstituição, ou uma simulação, produzida por inteligência artificial. Ferramentas de IA podem ser usadas para fazer pequenas correções técnicas em áudios e imagens com o intuito de facilitar ao público a apreensão das informações que aquela ima-

Continuação: Grupo Globo atualiza princípios editoriais para incluir orientações sobre inteligência artificial

gem ou áudio contém, sem jamais alterar a realidade retratada.

d) As redações do Grupo Globo devem utilizar inteligência artificial para otimizar o alcance do jornalismo. Isso pode ser feito, por exemplo, por meio da análise de dados sobre o consumo de informação, para definir as melhores estratégias de circulação, na criação de diferentes versões de uma reportagem para atender às diferentes formas de consumo de informação e no uso de ferramentas que permitam maior personalização do conteúdo. Todas as versões de reportagens devem ser fiéis à essência do conteúdo original, respeitando os padrões editoriais de qualidade e veracidade.

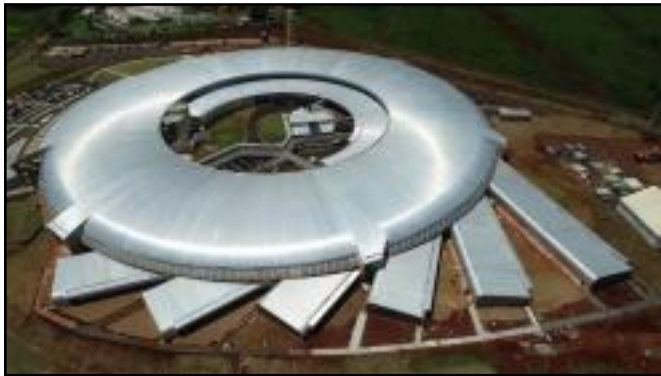
3) **Direitos** autorais e governança

a) A utilização de ferramentas de Inteligência Artificial pelo Grupo Globo deve sempre observar e respeitar rigorosamente os **direitos** autorais e a propriedade intelectual, tanto em relação ao conteúdo de terceiros quanto aos materiais próprios.

b) O Grupo Globo investe na capacitação de seus profissionais para o uso eficaz e ético das ferramentas de IA. Essa política será revisada periodicamente pelo Conselho Editorial do Grupo Globo para adaptar-se às evoluções tecnológicas e garantir que as práticas permaneçam alinhadas com estes princípios.

Câmara aprova em Brasília projeto que torna Campinas a 'Capital Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação'

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Proposta ainda depende de aprovação no Senado Federal e da sanção presidencial para entrar em vigor.

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (26) em Brasília (DF) o Projeto de Lei (PL) que dá a Campinas (SP) o título de "Capital Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação". O texto agora vai para o Senado Federal e, se aprovado, segue para sanção ou veto do Presidente da República.

Na justificativa do PL, o autor, deputado federal Jonas Donizette (PSB-SP), apontou que a metrópole reúne os maiores centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação do país, além de ser sede da Unicamp, uma das mais importantes do Brasil.

"Existe hoje em Campinas o maior ecossistema nacional de pesquisa, desenvolvimento e inovação do Brasil, formado por indústrias de base tecnológica, centros de pesquisa e universidades, além de quatro parques tecnológicos nos quais mais de 120 empresas estão instaladas - a maior parte delas de base tecnológica", diz a justificativa do PL.

Além de reunir empresas privadas reconhecidas pela **inovação** tecnológica, como Bosch, Elektro, CPFL Energia, IBM, Samsung, Dell e Arcor, Campinas sedia importantes centros públicos de pesquisas. Entre

eles, estão:

Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM): órgão do governo federal responsável por desenvolver projetos nas áreas de física, biologia, nanotecnologia, engenharia, química e meio-ambiente. O CNPEM sedia o Sirius, a maior estrutura científica do país, e deve receber em breve o laboratório Orion, o primeiro de biossegurança 4 da América Latina.

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp): universidade que mais deposita patentes em SP e que tem 67 pesquisadores no ranking de melhores cientistas do mundo. Além disso, sedia um parque tecnológico com empresas-filha e startups que faturam milhões.

Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI): é um órgão do governo federal que pesquisa componentes eletrônicos, microeletrônica, software de suporte 3D para a indústria e a medicina.

Instituto Agrônomo de Campinas (IAC): ligado ao governo do estado, é um dos centros de pesquisa mais antigos do Brasil, fundado em 1887. O instituto desenvolve importantes pesquisas agrícolas, como técnicas de plantio e melhoramento genético de culturas, como batata e café.

Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL): um dos centros de pesquisa mais importantes na área da alimentos, bebidas, ingredientes e embalagem do país. Sedia o Tropical Food Innovation Lab, instituição que pesquisa a comida do futuro.

Veja mais notícias da região no g1 Campinas

Por que o 'caso Scarlett Johansson' pede urgência na regulação de IA



Opinião Por que o 'caso Scarlett Johansson' pede urgência na regulação de IA

é juiz auxiliar da Presidência do TJ-MG na área de TI coordenador do Laboratório de Inovação (UAILab) do TJMG e especialista em inovação judicial e mes-trando em Direito pela ENFAM.

No último dia 13 de março, a OpenAI lançou a mais recente versão de sua ferramenta mais famosa, o ChatGPT-4o (Omni). "Omni", em latim, significa "tudo", demonstrando a capacidade da nova versão do ChatGPT de lidar com entradas e saídas de dados em diferentes formatos de linguagem natural, como texto, voz e imagem, para os mais variados propósitos.

Entre as principais novidades da última versão, está a capacidade de o sistema "falar" o resultado da interação, utilizando-se para isso de uma voz que imita a fala humana (veja um vídeo da nova versão aqui). Com essa última atualização, o ChatGPT consolidou a sua posição de ferramenta de inteligência artificial

multimodal mais sofisticada da atualidade, o estado da arte entre as ferramentas disponíveis para consumo pelo público em geral.

No entanto, o lançamento do GPT-4o veio acompanhado de uma polêmica que promete abrir um novo capítulo nas discussões em torno da regulação ética dos modelos de inteligência artificial: o uso de uma voz muito parecida com a voz da atriz Scarlett Johansson.

Atualmente, estão disponíveis quatro tipos de voz, batizadas pela OpenAI de Juniper, Ember, Cove e Breeze. Entretanto, na data do lançamento ChatGPT-4o, havia uma quinta opção de voz disponível, chamada "Sky". Para Johansson, essa voz soava de forma "assustadoramente similar" à sua voz. Mas a polêmica não para por aí.

Segundo Johansson, o diretor executivo da OpenAI, Sam Altman, teria abordado em setembro de 2023 propondo a ela um acordo para utilizar a sua voz na nova versão do ChatGPT, inspirado pelo impacto positivo e sucesso absoluto que ela obteve no filme "Her", de 2013, indicado a cinco Oscar e vencedor no melhor roteiro original, após ter dublado a inteligência artificial chamada Samantha, que protagonizou o filme apaixonando-se pelo personagem vivido pelo ator Joaquin Rafael Phoenix (veja o trailer do filme aqui).

Segundo Johansson, Altman acreditava que a voz dela poderia ajudar a reduzir o medo e a resistência das pessoas em relação ao uso da inteligência artificial, tornando a tecnologia mais carismática e confortável para o público. Johansson, no entanto, recusou. "Depois de muita consideração e por motivos pessoais, recusei a oferta", continua o comunicado. "Nove meses depois, meus amigos, familiares e o público em geral notaram o quanto o mais novo sistema chamado 'Sky' soava como eu." [1].

Continuação: Por que o 'caso Scarlett Johansson' pede urgência na regulação de IA

Apesar da recusa, o ChatGPT-4o foi lançado com a voz "Sky" em um timbre muito semelhante ao da voz de Johansson. A polêmica aumentou quando Altman fez uma referência ao filme "Her" em seu perfil da rede social X (ex-Tweeter), supostamente insinuando uma conexão intencional entre a voz "Sky" e a participação de Johansson no filme.

Spacca

Em resposta à polêmica, o CEO da OpenAI, Sam Altman, declarou que a voz "Sky" não era uma imitação de Johansson e que havia sido gravada por outra atriz profissional antes mesmo da proposta feita a Johansson. Mas, diante de insinuações de Johansson sobre a sua intenção em processar a OpenAI, a disponibilização da voz "Sky" foi suspensa e não está mais disponível no ChatGPT-4o para acesso pelo público.

Direitos de personalidades na era digital

À parte a polêmica em torno da atriz hollywoodiana, que tem estreado novos capítulos a cada semana, o caso Johansson acrescentou mais uma camada ao medo de Hollywood em relação à inteligência artificial [2]. É que, sem a devida regulamentação, clones de voz e imagem correm o risco de serem utilizados sem qualquer pagamento aos seus titulares (atores e atrizes) ou aos detentores dos direitos de uso (indústria cinematográfica).

Por essa razão, o caso acendeu um novo debate sobre a privacidade de dados e a proteção dos direitos da personalidade na era digital. A falta de consentimento da pessoa titular autorizando o uso de voz sintetizada, que não é a voz real, mas é semelhante a ela, evidencia uma vulnerabilidade que precisa ser bem equacionada pela regulamentação atual e futura da inteligência artificial. Afinal, até que ponto uma voz "semelhante" estaria ou deveria estar protegida? Qual o grau de semelhança que separa as situações protegidas das situações de uso permitido?

Uma voz sintetizada pode ser tão similar a ponto de se aproveitar dos atributos da voz e/ou imagem do titular que despertam o interesse do público, sem que, ao mesmo tempo, não tenha a similaridade necessária para garantir a proteção por **direitos** autorais, o que demonstra que a identidade é um conceito que tende a ficar mais complexo na era da IA.

Por exemplo, ao se criar uma voz sintetizada muito similar à voz do Cid Moreira, é possível que o público acredite se tratar da voz original do locutor. E mesmo que a voz não seja idêntica, é possível que o público identifique na imitação da voz a figura pública do autor, extraíndo dela a simpatia e o carisma que atraem o público para a mensagem expressada na imitação. Como no exemplo, muitos profissionais, especialmente dubladores de desenhos animados, filmes e personagens famosos, dependem da identidade da voz, pois eles são contratados exatamente por terem conquistado com a voz a simpatia e o reconhecimento do público.

Esse contexto explica por que a regulamentação da inteligência artificial tem escalado níveis de importância e criticidade cada vez mais altos, especialmente a partir do lançamento da primeira versão do ChatGPT, no final de 2022.

Nesse sentido, a União Europeia aprovou recentemente o AI Act, estabelecendo o primeiro grande marco regulatório abrangente para limitar o desenvolvimento e uso de inteligência artificial dentro da comunidade europeia (aqui [3]). Um dos principais pontos do AI Act é a vedação de uso de modelos de IA para situações consideradas de risco inaceitável, como manipulação cognitivo-comportamental de pessoas vulneráveis, pontuação social, categorização de pessoas e uso de sistemas de reconhecimento facial. Além desses, há também previsão de rigoroso controle sobre sistemas considerados de alto risco, como os modelos de IA embarcados em produtos sujeitos a controle de segurança e a legislação específica [4].

Continuação: Por que o 'caso Scarlett Johansson' pede urgência na regulação de IA

Regras éticas e de segurança

Embora os modelos de fundação [5], como é o caso do ChatGPT, não sejam considerados de alto risco, o AI Act estabelece regras específicas para garantir que o seu desenvolvimento e uso observem regras éticas e de segurança. Entre as principais regras, destacam-se requisitos de transparência e proteções a **direitos** autorais, entre eles:

- a) necessidade de se divulgar que o conteúdo foi gerado por IA;
- b) salvaguardas do modelo para evitar a geração de conteúdo ilegal; e, o mais importante para fins de se evitar a repetição do caso Johansson:
- c) publicação de resumos de dados protegidos por **direitos** autorais usados para treinamento[6].

A exigência de publicação de dados usados para treinamento ajudaria a evitar situações como o caso Johansson, pois obrigaria as empresas a revelarem exatamente quais vozes foram utilizadas no treinamento. Isso permitiria que a titular do **direito** autoral, no caso Johansson, verificasse se a sua voz compôs a voz sintetizada "Sky". Aliás, só o fato de haver obrigação legal de publicação desses resumos em princípio tornaria as empresas mais cuidadosas ao selecionar os dados para treinamento, reduzindo o risco de utilização indevida de material protegido por **direitos** autorais.

No Brasil, o Projeto de Lei nº 2338, de 2023, que dispõe sobre o uso da inteligência artificial no Brasil, estabelece uma série de princípios fundamentais que orientam o desenvolvimento, implementação e uso de sistemas de IA. Entre esses princípios, destacam-se a proteção da privacidade, a transparência, a explicabilidade e a auditabilidade, direitos essenciais para garantir a confiança e a segurança dos cidadãos na utilização dessas tecnologias. O artigo 3º, inciso V, traz a exigência de transparência, explicabilidade e auditabilidade dos modelos. A trans-

parência, por exemplo, refere-se à obrigação das empresas de tornarem claras as operações dos modelos de IA, incluindo os dados utilizados, os algoritmos empregados e os resultados obtidos.

Em suma, a polêmica envolvendo a voz de Scarlett Johansson no ChatGPT-4o destaca a necessidade urgente de regulamentação da inteligência artificial. Governo, indústria e sociedade civil devem trabalhar juntos para desenvolver e implementar regras que garantam o uso ético e seguro da IA, protegendo os direitos individuais e promovendo a inovação responsável. Sem regras claras, há um grande risco de violação dos direitos de privacidade, manipulação de informações e exploração comercial não autorizada de atributos da personalidade, como a voz e a imagem. O caso Johansson é apenas um exemplo.

Referências

ALVAREZ, Vanessa Gonçalves. AI Act: projeto de estrutura regulatória de IA na União Europeia. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-mar-14/ai-act-proje-to-de-estrutura-regulatoria-de-ia-na-uniao-europeia/>. Acesso em: 27 maio 2024.

AU NEWS. Scarlett Johansson row with OpenAI reminds us identity is a slippery yet important subject AI leaves everyone's at risk. Disponível em: <https://au.news.yahoo.com/scarlett-johansson-row-openai-reminds-054437742.html>. Acesso em: 27 maio 2024.

CNN. Scarlett Johansson sues OpenAI over use of her voice in ChatGPT-4. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2024/05/22/tech/openai-scarlett-johansson-lawsuit-sam-altman/index.html>. Acesso em: 27 maio 2024.

Continuação: Por que o 'caso Scarlett Johansson' pede urgência na regulação de IA

FRAZÃO, Ana. O ChatGPT e a voz de Scarlett Johansson: os desafios jurídicos do 'roubo de identidade'. Disponível em: <https://www.jota.info/opinia-o-e-analise/colunas/constituicao-empresa-e-mercado/o-o-c-hat-gpt-e-a-voz-de-scarlett-johansson-29052024?non-beta=1>. Acesso em: 27 maio 2024.

NBC NEWS. Scarlett Johansson shocked and angered by OpenAI's use of her voice. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/tech/tech-news/scarlett-johansson-shocked-angered-openai-voice-rcna153180>. Acesso em: 27 maio 2024.

SCARLETT Johansson's row with OpenAI reminds us identity is a slippery yet important subject AI leaves everyone's at risk. Disponível em: <https://theconversation.com/scarlett-johanssons-row-with-openai-reminds-us-identity-is-a-slippery-yet-important-subject-ai-leaves-everyones-at-risk-230677>. Acesso em: 27 maio 2024.

360 NEWS. O ChatGPT e a voz de Scarlett Johansson. Disponível em: <https://360news.com.br/o-chatgpt-e-a-voz-de-scarlett-johansson/>. Acesso em: 27 maio 2024.

[1] Cf. matéria disponível em: <https://thebongtimes.com/world/scarlett-johansson-toma-medidas-legais-por-semlhancas-de-voz-no-chatgpt-mas-documentos-mostram-que-nao-foi-gerado-por-ia/18627/>. Acesso em 16 jun. 2024.

[2] <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/dispu>

ta -entre-scarlett-johansson-e-openai-realca-temor-de-hollywood-com-ia/

[3] Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-maio-14/ai-act-proje-to-de-estrutura-regulatoria-de-ia-na-uniao-europeia/>. Acesso em: 19 jun. 2024.

[4] Entre eles, destacam-se: brinquedos, aviação, carros, dispositivos médicos e elevadores, gestão e operação de infraestrutura crítica; educação e formação profissional; emprego, gestão de trabalhadores e acesso ao trabalho independente; acesso e usufruto de serviços privados essenciais e serviços e benefícios públicos; aplicação da lei; gestão da migração, do asilo e do controlo das fronteiras; assistência na interpretação jurídica e aplicação da lei.

[5] A expressão "modelos de fundação" refere-se a sistemas de inteligência artificial que foram treinados em grandes volumes de dados diversificados e que servem como base para uma ampla gama de tarefas e aplicações subsequentes. Esses modelos possuem características que os tornam adaptáveis a diferentes contextos e necessidades. A aplicação mais comum é o uso para aplicações relacionadas a linguagem (escrita e falada).

[6] Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/press/en/article/20230601STO93804/eu-ai-act-first-regulation-on-artificial-intelligence>. Acesso em: 19 jun. 2024.

Rodrigo Martins Faria É Juiz Auxiliar Da Presidência Do Tj-Mg Na Área De Ti Coordenador Do Laboratório De Inovação

Violações de direitos intelectuais e a necessária proteção legal para criadores



Exploração das violações de **direitos** autorais e a proteção legal para criadores: análise comparativa entre legislações. Por Letícia Arrozi.

Há alguns meses, a empresária e influenciadora Kim Kardashian foi processada pela fundação que representa o famoso arquiteto Donald Judd por ter feito um vídeo no Instagram afirmando que os móveis de sua casa foram projetados por ele. Ocorre que, segundo notícia do New York Times, a empresa que fez os móveis não tem ligação nenhuma com Judd e, por isso:

() Também citada no processo foi a Clements Design, que, segundo os documentos judiciais, produziu as mesas e cadeiras que se assemelham às projetadas por Judd. A fundação está acusando a empresa de violação de marca registrada e **direitos** autorais. "Os consumidores provavelmente acreditarão que a Judd Foundation e a marca Donald Judd estão conectadas ou afiliadas, ou de outra forma patrocinadas ou endossadas pela Sra. Kardashian", disse o processo, aberto no Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito Central da Califórnia. "A Judd Foundation proíbe categoricamente os clientes de usar móveis Donald Judd adquiridos para fins promocionais e de marketing." Kardashian se recusou a comentar na quarta-feira, mas a Clements Design divulgou um comunicado dizendo que havia "diferenças importantes óbvias" entre os móveis e que a empresa se sentiu "pega de surpresa" pelo processo, uma vez que houve esforços "feitos para resolver es-

se problema amigavelmente". A empresa de design disse que a Fundação Judd "não estava disposta a fazer um acordo em termos razoáveis. Essas afirmações não têm absolutamente nenhum mérito."

Neste caso, estamos diante de supostas violações aos **direitos** autorais do arquiteto e associação de marcas. No Brasil, segundo Newton Silveira, o princípio básico do **Direito** Autoral é a ampla proteção, ou seja, garantia e defesa, dependendo do que o lesado escolher ou precisar. As normas acerca das medidas cíveis e administrativas referentes às violações aos **direitos** autorais estão na Lei de **Direitos** Autorais e as penas em seu âmbito pertinente.

Bittar afirma que, dependendo da esfera de violação, haverá também legislação específica, como, por exemplo, nos regulamentos dos meios de comunicação, o que se aplica ao caso de Kardashian. As violações obrigacionais, possessórias e morais são também legisladas pelas normas de Direito Privado, como o Código Civil¹. Para Bittar, tais normas dão o necessário suporte técnico jurídico para os casos que surgiram ao longo do tempo no Brasil.²

Espaço Publicitário

Se este caso acontecesse no Brasil, estaríamos diante de plágio ou contrafação? Santos conceitua o plágio como "a imitação servil ou fraudulenta de obra alheia"³, onde o infrator "apresenta como sua a obra alheia". Barbosa conceitua imitação servil como cópia de criação a qual ocorre sem qualquer investimento intelectual daquele que a copia [4]. Há casos de plágio onde a cópia é integral e outros nos quais existe a tentativa de disfarçar a ilicitude. Para caracterizar o plágio é necessário identificar os elementos originais da criação, a fim de que se possa saber qual o patrimônio atacado[5], o moral, o patrimonial, ou ambos. No plágio, geralmente os elementos pessoais da imaginação do criador são

Continuação: Violações de direitos intelectuais e a necessária proteção legal para criadores

copiados, razão pela qual fere a esfera dos danos morais do autor da obra.

Carlos Bittar conceitua a contrafação como "a publicação ou reprodução abusivas de obra alheia". Kaway, de forma simples, definiu a contrafação no setor industrial como "toda forma ilegal de reprodução, idêntica ou quase idêntica, de produtos ou sinais protegidos por direitos da propriedade intelectual", diferentemente do plágio, onde a ilicitude reside na usurpação da obra. Na contrafação, há o uso, a adaptação, tradução ou modificação de toda ou parte da obra sem o consentimento do autor.

Bittar explica que, quando a contrafação é identificada, é comum o Poder Judiciário ordenar que as mercadorias usadas indevidamente sejam apreendidas para a coibição da ilicitude. No que tange às ilicitudes oriundas de descumprimento de qualquer obrigação contratual, é possível o próprio autor da obra cometer alguma ilicitude ao descumprir alguma obrigação do contrato, o que depende de análise caso a caso.

Quando contrafações ocorrem, a solução é indenizar o lesado pelo dano material, apurável mediante estudo econômico de suas receitas de acordo com o mercado [7]. Bittar elenca as medidas judiciais cabíveis, as quais podem ser interpostas concomitantemente ou separadas, para coibir as ilicitudes relacionadas ao **Direito** Autoral, da seguinte forma:

- a) abstenção de continuação de atos violadores (ou inibição prática de ação violadora);
- b) apreensão de coisas nascidas do ilícito (retirada de circulação do material);
- c) reparação de prejuízos de ordem moral e patrimonial (com danos emergentes e lucros cessantes); e
- d) apenação do agente (com cominações de ordem

pecuniária, privativa de liberdade ou mista), conforme dispõe o art. 101 da lei. [8]

Na esfera cível, o autor da obra artística e quem mais for um titular reconhecido, como, por exemplo, as associações de titulares ou representantes, podem figurar no polo ativo das medidas judiciais, as quais são reguladas pelo Código de Processo Civil. [9]

Para auferir uma ilicitude de plágio ou contrafação, Santos explica o "teste de semelhanças", o qual é um método de comparação a fim de verificar se há ilicitudes diante do nível de semelhança entre as obras. É usada uma obra "paradigma" e outra "objeto de comparação". "Os laudos periciais geralmente apresentam um quadro comparativo com a identificação dos elementos semelhantes." Segundo Santos, o teste "aplica critérios quantitativos (extensão das semelhanças) e qualitativos (importância das semelhanças)".

Apesar de no **Direito** Autoral ser mais difícil surgirem criações idênticas, Santos coloca como excludente de ilicitude quando o autor da segunda obra "nunca teve acesso nem foi influenciado pela original", o que hoje somente é possível argumentar se for uma obra inédita, uma vez que os avanços tecnológicos permitem o acesso à informação e a qualquer obra previamente publicada [10]. Bittar menciona o aumento do avanço tecnológico como facilitador da prática das cópias sem autorização, o que causa um desestímulo econômico para as criações. [11]

Nos Estados Unidos, explica Scruggs, de acordo com a Câmara de Comércio Americana, a comercialização de mercadorias oriundas de violações aos **Direitos** Autorais envolve de US\$ 200 a US\$ 250 bilhões por ano, e prejudica cerca de 750 mil empregos. No entanto, aumentar a proteção por meio do copyright (os **Direitos** Autorais americanos), segundo o autor, não fará com que estes números sejam zerados porque as contrafações e imitações envolvem também elementos regulados pelo tra-

Continuação: Violações de direitos intelectuais e a necessária proteção legal para criadores

demark (comparado à proteção da marca dada pelo Direito de Propriedade Industrial no Brasil), o qual é tutelado. [12]

Existe também a possibilidade de a violação ao **Direito** Autoral configurar concorrência desleal sem a ilicitude enquadrar-se em plágio ou contrafação. É o caso das obras intelectuais estéticas aplicadas na indústria e comércio, [13] cujas regras estão na LPI, as quais no âmbito da moda são geralmente aplicadas no vestuário ou cosméticos, como, por exemplo, estampas, joias e perfumes e, neste caso de Kardashian, o design dos móveis de sua casa. Em um comparativo com a legislação brasileira e americana, é possível concluir que se o caso tivesse ocorrido no Brasil, também haveria a possibilidade de haver um processo judicial, baseado nas mesmas premissas e com suporte na legislação e doutrina brasileiras.

Letícia Soster Arrosi, doutoranda em Direito Comercial pela USP, mestre em Direito Privado e especialista em Processo Civil pela UFRGS e advogada atuante em resolução de disputas e pesquisas referentes a consultas e litígios comerciais de Direito Civil, Análise Econômica do Direito e Propriedade Intelectual.

Referências:

¹ SILVEIRA, Newton. Propriedade intelectual: propriedade industrial, direito do autor, software, cultivos, nome empresarial, abuso de patentes. Manole: São Paulo, 2014.

² BITTAR, Carlos Alberto. Direito de autor. Rio de Janeiro: Forense 2015.

³ SANTOS, Manoel J. dos. Série GVlaw: propriedade intelectual: **Direito** Autoral. São Paulo: Saraiva, 2013.

[4] BARBOSA, Denis Borges. Uma Introdução à Propriedade Intelectual. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 325. [5] SANTOS, Manoel J. dos. Op.cit. 2013 [6] BITTAR, Carlos Alberto. Op.cit. 2015. [7] Ibidem. [8] Ibidem e COPETTI, Michele. Afinidade entre Marcas, uma questão de Direito. São Paulo: Lumen Juris, 2010, p. 145. [9] Ibidem. [10 12] SANTOS, Manoel J. dos. Op.cit. 2013 e também BITELLI, Marcos Alberto Sant'anna, Contratos de Direito de autor, p. 340-361, In: JABUR, Gilberto Haddad; PEREIRA JÚNIOR, Antonio Jorge (coord.). Direito dos Contratos. Direito dos contratos. São Paulo: Quartier Latin, 2006. [11] BITTAR, Carlos Alberto. Op.cit. 2015. [12] Ver todos: SCRUGGS, Brandon. Should fashion design be copyrightable? Northwestern Journal of Technology and Intellectual Property, v. 6, 2007. Disponível em: . Acesso em: 27 ago. 2018, FISCHER, Dr. Fridolin. Design Law in the European fashion sector. February, 2008. Disponível em: . Acesso em: 25 set. 2017 e KAWAY, Mina. Op.cit. 2012. [13] BITTAR, Carlos Alberto. Op.cit. 2015.

Por Favor Digite Seu Nome Aqui

Câmara aprova acordo para abertura no Brasil de sede da Corte Permanente de Arbitragem - Notícias

NOTÍCIAS



A CPA é uma organização intergovernamental formada por 120 países

Plenário

Câmara aprova acordo para abertura no Brasil de sede da Corte Permanente de **Arbitragem**

A CPA é uma organização intergovernamental formada por 120 países

0

Comentários

26/06/2024 - 18:17

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Acordo foi aprovado na sessão do Plenário

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (26) o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 386/22, que contém o acordo para estabelecer no Brasil uma sede da Corte Permanente de **Arbitragem** (CPA). A proposta será enviada ao Senado.

A CPA é uma organização intergovernamental, com 120 Estados membros, estabelecida em 1899 a fim de

facilitar a solução arbitral de controvérsias internacionais entre instituições pública e/ou privadas.

O Ministério das Relações Exteriores argumenta que o número de arbitragens da organização aumentou nas últimas décadas, criando demanda para a instalação de sedes em outros países além da Holanda. Assim, há tratados assinados com África do Sul, Argentina, Chile, Costa Rica, Índia, Ilhas Maurício, Singapura e Vietnã.

Brasil paga

Segundo o acordo, o Brasil colocará à disposição da CPA, com base na análise de situações individuais, na medida do possível e sem nenhum custo para a corte, os escritórios e as salas de reunião (incluindo todos os serviços essenciais para o procedimento de **arbitragem**) e os serviços administrativos.

O espaço deve incluir acesso sem custo a meios telefônicos, internet ou outras comunicações.

Imunidade

Tanto funcionários (brasileiros ou estrangeiros) quanto representantes das partes em negociação contarão com imunidade em relação aos atos praticados no desempenho de suas funções no âmbito dos procedimentos da CPA.

Também será assegurada liberdade de expressão integral e facilidades, cortesias e proteções adicionais necessárias ao desempenho de suas funções; e inviolabilidade de quaisquer papéis e documentos.

Estrangeiros

Especificamente para o pessoal estrangeiro, o acordo estipula que eles contarão com os mesmos pri-

Continuação: Câmara aprova acordo para abertura no Brasil de sede da Corte Permanente de Arbitragem - Notícias

vilégios e imunidades concedidos a pessoal diplomático, como:

uso de códigos e expedição e recebimento de documentos ou correspondência por correio ou em malas seladas, com imunidades diplomáticas;

facilidades quanto a regulamentações monetárias ou de câmbio;

imunidades e facilidades quanto às bagagens pessoais concedidas aos enviados diplomáticos;

isenção de todo imposto sobre honorários, vencimentos e emolumentos pagos pela CPA;

imunidade contra qualquer obrigação relativa ao serviço nacional;

facilidades quanto a migração e registro de es-

trangeiros em missão oficial temporária;

facilidades de repatriamento, junto com familiares, de que gozam os enviados diplomáticos em período de crise internacional; e

direito de importar livremente seu mobiliário e seus objetos pessoais por ocasião de assumirem, pela primeira vez, as suas funções no Brasil.

O texto aprovado recebeu parecer favorável da relatora, deputada Laura Carneiro (PSD-RJ).

Conheça a tramitação de projetos de decreto legislativo

Reportagem - Eduardo Piovesan
Edição - Pierre Triboli

Gravadoras processam empresas de IA por violação de direitos autorais

As gigantes da indústria musical Sony Music Entertainment, Universal Music Group Recordings e Warner Records iniciaram processos judiciais contra as empresas de inteligência artificial Suno e Udio, acusando-as de violação de direitos autorais. As gravadoras afirmam que as ferramentas de IA dessas companhias utilizam gravações protegidas para criar novas obras sem a permissão dos artistas, caracterizando um uso indevido de propriedade intelectual. As ações foram movidas pela Recording Industry Association of America (RIAA), que representa as gravadoras, em tribunais federais dos Estados Unidos. O processo contra a Suno AI foi aberto em Boston, enquanto a ação contra a Uncharted Labs, desenvolvedora do Udio AI, foi protocolada em Nova York. As gravadoras estão buscando indenizações de até US\$ 150 mil (aproximadamente R\$ 815 mil) por cada obra violada.++ Google introduz IA Gemini nas escolas com novas ferramentas educacionaisAs acusações indicam que as empresas copiaram em larga escala gravações de som protegidas por direitos autorais para treinar seus modelos de IA.

Esses modelos, por sua vez, geram músicas que imitam as qualidades das gravações originais, competindo diretamente com o conteúdo genuíno e desvalorizando o trabalho dos artistas. Ken Doroshow, diretor jurídico da RIAA, declarou que "esses são casos claros de violação de direitos autorais, envolvendo a cópia não licenciada de

gravações de som em larga escala. Suno e Udio estão tentando esconder a extensão de sua infração, em vez de legalizar seus serviços." Doroshow enfatizou a necessidade dessas ações judiciais para estabelecer regras claras para o desenvolvimento responsável, ético e legal de sistemas de IA generativa. Mitch Glazier, presidente e CEO da RIAA, reiterou que a indústria musical está disposta a colaborar com desenvolvedores de IA responsáveis. No entanto, criticou severamente serviços não licenciados como Suno e Udio, acusando-os de explorar o trabalho dos artistas sem o devido consentimento ou compensação.++ Senado planeja votação de regulamentação da IA antes do recessoA controvérsia sobre o uso de IA na música não é novidade.

Plataformas como TikTok e YouTube já enfrentam pressões para remover conteúdos de IA não licenciados, à medida que cresce a preocupação com o uso não autorizado de obras protegidas por direitos autorais. Essas disputas legais entre gravadoras e empresas de IA ressaltam um dilema na interseção entre tecnologia e direitos autorais. Enquanto existe a necessidade de treinar modelos de IA, também é crucial garantir a apropriação justa dos conteúdos e a compensação adequada aos criadores originais. O desfecho desses casos pode estabelecer precedentes significativos para o futuro da criação de conteúdo por IA e para a proteção dos s direitos autorais na era digital. Não deixe de nos seguir no Instagram para mais notícias da Parda Tech

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 7, 11, 16

Inovação

6

Arbitragem e Mediação

14

Propriedade Intelectual

16